

OS SIGNIFICADOS DA III CNPM A PARTIR DOS CONCEITOS DE DEMOCRACIA RADICAL DE JÜRGEN HABERMAS, ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE¹

Gabriela Maria Farias Falcão de Almeida²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é desenvolver reflexões sobre os significados da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (III CNPM), ocorrida em Brasília em 2011, para as participantes a partir dos conceitos de democracia radical trabalhados por Jürgen Habermas, por meio da ação comunicativa e da esfera pública, e por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com a democracia agonística. Enquanto o teórico alemão coloca como central em suas obras a esfera pública e a racionalidade comunicativa, os autores pós-estruturalistas trabalham a dimensão afetiva e conflitual da democracia. Diante disso, utilizamos as entrevistas feitas com 14 delegadas presentes no referido evento para verificarmos o possível preenchimento e os limites de cada teoria no caso empírico.

Palavras-chave: esfera pública, ação comunicativa, conflitos

1 Introdução

As conferências públicas tornaram-se um importante instrumento de democracia participativa no Brasil. Apesar de terem sido implementadas pelo governo de Getúlio Vargas, em 1941, ganharam o impulso que têm atualmente na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, hoje, são realizadas nas três esferas: municipais, estaduais e nacional, marcadas pelos espaços plurais de discussão pública. Nelas, o governo e a sociedade civil, juntos, formulam propostas de políticas públicas para diversos seguimentos.

Segundo a publicação “Democracia participativa: nova relação do estado com a sociedade” (2011), da Secretaria Geral da Presidência da República, as conferências nacionais passaram a fazer parte da agenda da administração pública brasileira e dos movimentos sociais do país. Esse é o caso das políticas para as mulheres que, em 2011, teve na III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (III CNPM), ocorrida em Brasília, um espaço de discussões sobre assuntos de seus interesses, reunindo mais de duas mil mulheres com o intuito de se apresentarem ao debate público e levar suas reivindicações para ambientes de trocas argumentativas. Porém, são ambientes onde se podem ver muitos conflitos. É o que coloca a estudiosa Claudia Feres Faria, que analisou em nível nacional, em 2011, as conferências da Saúde, da Assistência Social e de Políticas para as Mulheres. Para ela, a última, a das mulheres, foi a mais conflituosa tanto em termos de manifestações como em termos de contestação (FARIA, 2012, p. 39). A pesquisadora pontua a presença de discussões confusas, muito emocionais, além de muitos conflitos e da diversidade discursiva nos Grupos de Trabalho e na plenária. Porém, apesar disso, era necessário que se chegasse ao uso da negociação deliberativa para que certos consensos fossem atingidos.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho nº 13 “Reforma do estado, governabilidade e democracia” no XXIX Congresso Latinoamericano de Sociología, realizado entre os dias 29 de setembro e 04 de outubro de 2013 em Santiago (Chile). Foi fruto de uma sistematização de processos de investigação.

² É jornalista pela Universidade Católica de Pernambuco, cientista social pela Universidade Federal de Pernambuco e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Contato: gfalcaoalmeida@gmail.com.

A partir da colocação feita por Faria, é objetivo do presente trabalho desenvolver reflexões sobre os significados do referido evento para as participantes a partir dos conceitos de democracia radical trabalhados por Jürgen Habermas, por meio da deliberação, e por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com a democracia agonística. Enquanto o teórico alemão coloca como central em suas obras a esfera pública e a racionalidade comunicativa, em que os indivíduos debatem os assuntos de seus interesses com o intuito de se entenderem e, assim, chegarem à opinião pública sobre algo, Mouffe trabalha a dimensão afetiva e conflituosa nas relações sociais e, junto com Laclau, pontua que os indivíduos ou grupos, oriundos de diversos segmentos sociais, chegam a pontos em comum numa lógica de equivalência, que envolve antagonismos e consensos temporários.

Nesse contexto, entendemos que os espaços das conferências são marcados por diversos conflitos, devido a interesses distintos, seja do governo ou dos movimentos sociais, mas ao mesmo tempo, é preciso emergir dali uma série de resoluções que sejam frutos de consensos. Diante disso, no presente trabalho, analisamos os significados do referido evento através de algumas das entrevistas feitas com 14 delegadas ali presentes para verificarmos o possível preenchimento e os limites de cada teoria no caso empírico. Por meio das referidas entrevistas, entendemos de que forma as dimensões dos tipos ideais do consenso abordado por Habermas e do conflito trabalhado por Laclau e Mouffe emergem nesses espaços. A discussão em torno das contribuições dadas por esses importantes teóricos da democracia radical é essencial para entendermos os fenômenos que acontecem não só em instituições políticas, como também em muitas das discussões feitas cotidianamente.

2 Conferências públicas no Brasil

As conferências públicas foram criadas na gestão do ex-presidente Vargas, pela Lei nº378, de janeiro de 1937, com o intuito de facilitar o conhecimento do Governo Federal sobre as atividades relacionadas à saúde e à educação, realizadas em todo o país, e de orientá-las na execução dos serviços locais de saúde e da educação, bem como na comissão do auxílio e da subvenção federais³. Com o passar das décadas, tornaram-se um importante instrumento tanto para o Estado quanto para a sociedade civil. Convocadas pelo Presidente da República, contam com a participação dos três níveis da federação e de representantes dos grupos sociais ligados à área e ao tema da Conferência. Apesar de acontecerem desde o início dos anos 1940, tiveram uma grande expressividade no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Leonardo Avritzer pontua que das 115 conferências nacionais realizadas desde a época de Vargas, 75 ocorreram durante o governo Lula, isto é, 64%, evidenciando a centralidade das políticas participativas em sua administração (AVRITZER, 2012, p. 8). O estudioso acrescenta que a questão que pode ser ressaltada é o aumento quantitativo das conferências nacionais, o que mostra o fato de que existe uma política participativa no nível do governo federal centrada nos referidos eventos nacionais. O autor acrescenta que:

No entanto, parece claro que, seja do ponto de vista das principais características políticas, como processo de participação e caracterização dos participantes, seja do ponto de vista dos seus efeitos sobre as políticas públicas, existe muito pouco conhecimento sobre as conferências nacionais (AVRITZER, 2012, p. 9).

Nesse referido encontro do Estado com a sociedade civil, emergem diversos embates devido a interesses distintos. A própria sociedade civil que, na concepção de Habermas, é formada por movimentos, associações e organizações livres, não-estatais e não econômicas, tendo como propósito

³ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2013.

fundamental captar os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, ao mesmo tempo que os transmite às instâncias de tomada de decisão (HABERMAS, 2003a), é bastante plural e abarca uma série de entidades com diversos propósitos.

Diante da diversidade de conferências realizadas, decidimos estudar as Conferências de Políticas para as Mulheres, pois se tratam de fenômenos extremamente recentes: acontecem desde 2003 com um intervalo de quatro anos, tendo sido realizadas, portanto, três conferências nacionais até 2011. É um evento de um segmento que, muitas vezes, identifica-se em torno de situações de opressão e, conforme pontuamos anteriormente ao falarmos das autoras pós-estruturalistas, envolve o gênero, que não é algo que se resume à diferença sexual. Ao mesmo tempo, significa uma importante conquista para o movimento feminista e de mulheres no país.

A III Conferência Nacional de Política para as Mulheres apresentou como tema principal “Autonomia e igualdade para as Mulheres”. O nosso ambiente de pesquisa teve uma grande quantidade de conflitos, o que chamou a atenção por parte da pesquisadora, que chegou, inclusive, a presenciar mulheres chorando em alguns momentos, como durante a votação em torno da descriminalização ou da legalização do aborto. Essa vivência foi comprovada a partir do texto da estudiosa Claudia Feres Faria. Em 2011, junto com uma equipe de pesquisadores, esteve presente em três conferências: a da Saúde, da Assistência Social e de Políticas para as Mulheres. Foram analisadas as diferentes etapas dos eventos: municipal, estadual e nacional. Os pesquisadores as estudaram como um sistema integrado de participação, deliberação e representação. Claudia Faria sublinha que:

[...] as democracias requerem não só instituições, mas também participação e contestação, não só processos locais, mas também regionais, nacionais e transnacionais. O grande desafio passa a ser como coordenar estas diferentes práticas em diferentes espaços (FARIA, 2012, pp. 4-5).

Segundo a autora, em relação às estruturas participativas, Saúde e Assistência diferem da Política de Mulheres, pois: “[...] enquanto quase 94% dos municípios brasileiros possuem Conselhos de Saúde e de Assistência Social, somente 11% apresentam Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher” (MUNIC/IBGE, 2009 *apud* FARIA, 2012, p. 6). Isso mostra que o segmento das mulheres não está tão estruturado politicamente para participar dessa dimensão institucional.

Em relação às análises feitas pela autora, o que mais me chamou a atenção foi o fato de que a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, dentre as três analisadas, foi a mais conflituosa tanto em termos de manifestações como em termos de contestação (FARIA, 2012, p. 39). A autora pontua a presença de discussões confusas, muito emocionais, além de muitos conflitos e da diversidade discursiva nos Grupos de Trabalho e na plenária. Apesar disso, era necessário que se chegasse ao uso da negociação deliberativa para que certos consensos fossem atingidos.

3 Habermas e a esfera pública

Entendida como uma rede adequada para a comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opiniões (HABERMAS, 2003b, p. 92), a esfera pública tornou-se um conceito central nas abordagens do teórico alemão Jürgen Habermas. Ele acrescenta que a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, estando em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana.

Vemos, portanto, que a comunicação é essencial para a existência da esfera pública, que tem no público, portador da opinião pública, o seu fio condutor. A sociedade europeia, nomeadamente a França, Inglaterra e Alemanha, nos séculos XVII e XVIII, vivenciou o surgimento e o auge da esfera pública burguesa. Diferentemente da Idade Média, época que tinha como uma de suas características a prática do segredo de Estado, os burgueses reivindicavam o princípio da publicidade como elemento

vital para os governos. Por publicidade, entende-se o ato de tornar públicas as decisões, abrindo a possibilidade de serem feitas críticas e interferências por parte da população. Para Habermas (2003a, p. 71): “Assim como o segredo serve para manter uma dominação baseada na *voluntas* (vontade), assim também a publicidade deve servir para impor uma legislação baseada na *ratio* (razão)”.

Percebemos, então, a necessidade de um público permanentemente pensante, crítico e que discute e troca ideias sobre assuntos de seus interesses para servir como um guia para a postura dos governantes. Foi assim que os “salons” (na França), “coffee houses” (na Grã-Bretanha) e “table societies” (na Alemanha) foram caracterizados como ambiente de discussões e permanente debate.

Como resultado dos debates e da ação comunicativa, isto é, da troca de ideias com o intuito do entendimento mútuo, tínhamos a formação da opinião pública ou de consensos em torno de diversas questões. Sobre esse assunto, o estudioso português João Pissarra Esteves argumenta que:

O carácter simbólico dos públicos é sustentado pelo papel desempenhado pela comunicação. A sua espiritualidade é constituída por uma certa comunhão de ideias, cuja origem está num processo sistemático de comunicação, a troca discursiva realizada pelos membros do público sobre problemas e assuntos de seu interesse comum. A partir daqui, geram-se no interior dos públicos processos de opinião essencialmente livres e, tanto quanto possível (ou idealmente), sem interferência de coações exteriores; em vista à constituição de uma opinião comum: a opinião vinculativa do público, sob a forma de um consenso formado a partir de um universo de discurso comum e da plena disponibilidade revelada pelos participantes para a intercompreensão (ESTEVEVES, 2003, p. 28).

Ele pontua que nem sempre o consenso vai ser alcançado, porém, espera-se que se possa chegar a estabelecer um compromisso aceitável. Dessa forma, percebemos a centralidade da racionalidade no público e podemos perceber por que eles conduzem a esfera pública no sentido proposto por Habermas. Para ele, o requisito de se dizer que uma ação é racional é o de ser suscetível de fundamentação e crítica, isto é:

Nos contextos de comunicação, não apenas chamamos racional quem faz uma afirmação e é capaz de defendê-la frente a um crítico, alegando as evidências pertinentes, mas também chamamos racional aquele que segue uma norma vigente e é capaz de justificar a sua ação frente a um crítico, interpretando uma situação dada à luz de expectativas legítimas de comportamento. E, inclusive, chamamos racional aquele que expressa verdadeiramente um desejo, um sentimento, um estado de ânimo, que revela um segredo, que confessa um fato e que depois convence um crítico autenticador da vivência assim revelada, extraíndo as consequências práticas e comportando-se de forma consistente com o dito (HABERMAS, 1981, p. 33).

Para que esse conceito seja clareado, é necessário que o fenomenólogo estude as condições que devem ser cumpridas para que se possa chegar comunicativamente ao consenso (HABERMAS, 1981)⁴.

Herbert Blumer, em 1946, antes da publicação habermasiana, já colocava: “A formação da opinião pública exige que as pessoas estejam abertas para partilhar a experiência do outro e se mostrem

⁴ Os textos em língua estrangeira foram traduzidos por mim. Portanto, assumo a responsabilidade frente a possíveis erros de tradução.

dispostas a fazer compromissos e concessões” (BLUMER, 1971, p. 185). Na concepção dele, a discussão pública pressupõe avaliação, confronto e julgamento, tornando-se, dessa forma, racional.

Porém, a segunda metade do século XIX, ao mesmo tempo em que assistiu ao fortalecimento do capitalismo, foi palco também da decadência das funções críticas da esfera pública. Essa decomposição é demonstrada na alteração de suas funções políticas e está fundada na mudança das relações entre esfera pública e setor privado. Os salões e os cafés, que até então asseguravam a reunião do público pensante, agora têm suas estruturas abaladas. Além disso, as pessoas acabaram por se isolar na privacidade de seus lares, deixando de discutir as questões de seus interesses. Por outro lado, o Estado passou a assumir funções que antes pertenciam às famílias, como a educação. Na concepção de Habermas, a família é desprivatizada e é cada vez mais excluída do contexto imediato da reprodução da sociedade (HABERMAS, 2003a). Constatamos, então, o que Habermas chamou de destruição da relação entre esfera privada e esfera pública. A verdadeira dinâmica dos públicos, na concepção de Esteves, racional, participativa, comunicacional e argumentativa cede lugar à massificação, com redes de sociabilidade frouxas, distantes, superficiais e burocratizadas (ESTEVES, 2003).

Perde-se, portanto, a dinâmica do debate e da publicidade crítica, dando lugar à indústria da formação da opinião. Nesse contexto, a imprensa, que antes era um veículo de divulgação da opinião pública, tornou-se um meio de promover o consumo da cultura, com interesses comerciais. A publicidade crítica cedeu o lugar à manipulativa. Para Habermas (2003a, p. 202): “O mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública, mas também a integridade da esfera privada, que ela, por outro lado, garante a seus consumidores é ilusória”.

Apesar das transformações estruturais pelas quais passou a esfera pública, temos no referido conceito um tipo ideal de democracia. Sobre ele, Esteves argumenta que o Espaço Público⁵ moderno não se dissocia dos critérios formais (ideais) organizadores da comunicação: abertura do Público, não-fechamento temático e paridade na argumentação. É preciso que tenhamos em mente que estamos diante de princípios normativos e, que, portanto, não vão nos dizer exatamente como a realidade é. Como um tipo ideal de democracia, a teoria da esfera pública vai nos servir de guia para, diante das entrevistas, investigarmos o que podemos constatar na prática a partir do recurso metodológico habermasiano.

4 Ernesto Laclau e Chantal Mouffe: a democracia agonística

Com uma visão bastante distinta de Habermas, a filósofa belga Chantal Mouffe se debruça em torno dessa questão do consenso, pontuando-o como fruto de relações conflituosas. Ao contrário do teórico alemão, que aborda o consenso como produto da troca de argumentos e da construção racional da opinião pública, Mouffe coloca o modelo do pluralismo agonístico como alternativo a esse conceito de democracia deliberativa. A estudiosa argumenta que o conflito, a paixão e o político são elementos fundamentais da democracia. Além disso, a autora pontua a existência de relações de desigualdade e de poder presentes na democracia. Dessa forma, a política não é entendida como resultado apenas de debates racionais, mas que envolve emoções.

A autora pontua que é preciso vislumbrar a democracia a partir das práticas e não nas formas de argumentação, tais como os deliberativos defendem. Em sua perspectiva, reconhecer o pluralismo significa admitir os limites do consenso e o fato de que a deliberação pública, livre e desimpedida de interesses pessoais é uma impossibilidade na democracia.

Mouffe acrescenta que uma democracia que funcione bem clama pelo confronto nas posições políticas (2002). Em sua visão, o consenso deve existir como resultado temporário de uma hegemonia provisória, como estabilização do poder, sempre acarretando alguma forma de exclusão. Frente a isso, é

⁵ Esteves não faz distinção entre Espaço Público e Esfera Pública.

colocada a necessidade de um modelo que aborde o poder e o antagonismo como questões centrais na democracia, que ela coloca como o “pluralismo agonístico”. Para apresentar o que representa esse modelo, ela faz uma distinção importante entre a política (*politics*) e o político (*political*):

Por “o político” refiro-me à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, um antagonismo que pode tomar muitas formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais. A ‘política’, por outro lado, indica o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre afetadas pela dimensão do “político” (MOUFFE, 2005, p. 20).

Ela acrescenta que, para formular a questão central para a política democrática, é preciso reconhecer a referida dimensão do “político” e entender que a “política” consiste em domesticar a hostilidade e em tentar conter o antagonismo em potencial que existe nas relações humanas. Dessa forma, não se pode resolver os desacordos presentes nas discussões a partir da deliberação racional. O modelo que ela defende propõe que o antagonismo (a luta entre inimigos) seja transformada em agonismo (luta entre adversários).

Segundo a autora, a abordagem do pluralismo agonístico é mais receptiva à multiplicidade de vozes e à complexidade da estrutura social de poder. E, a partir do momento em que aceitamos que relações de poder são constitutivas do social, a principal questão da política democrática passa a constituir formas que sejam mais compatíveis com os valores democráticos e não em como eliminar o poder (tal como os deliberativos) (MOUFFE, 1999, p. 753).

Assim como pontuamos críticas feitas a Habermas, sentimos a necessidade de colocarmos as observações direcionadas ao modelo de democracia proposto por Mouffe. O estudioso Ilan Kapoor (2002) questiona o fato de Mouffe defender o pluralismo agonístico, mas não apresentar claramente alternativas, nem colocar como, de fato, vai se dar a passagem do antagonismo para o agonismo.

Frente a isso, propomos a abordagem das ideias da filósofa não apenas a partir dos textos citados anteriormente, mas através das obras escritas com o também filósofo pós-estruturalista Ernesto Laclau, que discorre sobre a democracia em textos próprios e em coautoria com a estudiosa.

Mais de dez anos antes de escrever os textos sobre o pluralismo agonístico, que colocamos neste trabalho, Mouffe, em 1985, publicou junto com Laclau o livro “Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia”⁶. Nele, os autores analisam com profundidade o modelo que eles propõem de democracia radical constituído pelo discurso, por antagonismos, cadeias de equivalência, diversos tipos de articulação e por relações hegemônicas. Esses conceitos terão grande importância para a nossa pesquisa, sendo necessário nos focarmos neles neste projeto.

Laclau e Mouffe, como dois teóricos inseridos na tradição pós-estruturalista, têm como ponto inicial de suas ideias o pressuposto de que a realidade é discursivamente construída. Isso está ligado diretamente à concepção de sujeito que, diante dessa ideia, não pode ser constituído por uma única identidade, dada antes do discurso. Para os autores, estamos diante de identidades discursivamente construídas, como eles explicam: “Sempre que em um texto utilizarmos a categoria de ‘sujeito’, faremos no sentido de ‘posições de sujeito’, no interior de sua estrutura discursiva” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 132). Isso nos remete ao fato de que estamos diante de uma pluralidade de identidades, ideia abordada por Mouffe ao discorrer sobre o sujeito democrático e o pluralismo agonístico. Temos, portanto, identidades puramente relacionais, pois toda experiência depende de posições discursivas.

⁶ A edição que utilizamos, no entanto, é de 1987.

Nesse contexto, o discurso acaba por se constituir como uma tentativa de dominar o campo da discursividade, para deter o fluxo das diferenças, para constituir um centro. Os autores denominam esses pontos discursivos privilegiados de fixação parcial de pontos nodais. Nas palavras deles:

A sociedade não consegue nunca ser idêntica a si mesma, porque todo ponto nodal se constitui no interior de uma intertextualidade, que vai além dele. A prática da articulação consiste, portanto, na construção de pontos nodais que fixam parcialmente o sentido; e o caráter parcial desta fixação procede da abertura do social, resultante por sua vez do constante excedente de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 130).

Entendida essa questão de como se constitui o sujeito democrático, a partir da pluralidade de sentidos e identidades, podemos perceber que nas relações sociais acaba por emergir o antagonismo. Os autores pontuam que a presença do “outro” nos impede de sermos nós mesmos, isto é, as relações não surgem de identidades plenas, mas da impossibilidade de constituição delas. Um exemplo que eles dão é sobre o camponês que não pode ser camponês porque existe um antagonismo com o proprietário que o expulsa da terra (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 145). Os antagonismos, então, estabelecem os limites da sociedade, ou seja, a impossibilidade desta constituir-se plenamente.

E é nessas disputas antagônicas que ocorrem constantemente na sociedade que se estabelecem cadeias de equivalência em torno de algum ponto pela negatividade. Podemos utilizar o exemplo das feministas ligadas a diversos grupos e que convergem em torno de algo que não são: contrárias ao aborto. Embora tenham opiniões distintas acerca do assunto, não são contrárias a ele. Temos aí uma cadeia de equivalência, em que as características se unem em torno de um determinado ponto nodal. Trata-se de uma lógica de simplificação do espaço público, conforme eles pontuam. Essa ideia será fundamental nas entrevistas, visto que as conferências de políticas públicas são um espaço com grupos oriundos dos mais variados segmentos da sociedade e extremamente plurais, inclusive, com reivindicações muito distintas.

Percebemos, então, que o antagonismo se deve a essa pluralidade de identidades, que vão ser fixadas nas cadeias de equivalências. Porém, isso vai implicar que tenhamos uma multiplicidade de possíveis antagonismos, que vão ser construídos discursivamente e que, portanto, teremos convergências contingentes. Podemos dizer que obteremos como resultado desses processos o que Mouffe colocou de consenso conflituoso e temporário. Na concepção dos autores, em vista desse caráter incompleto e aberto do social, temos um campo de práticas articulatórias antagônicas que constituem a hegemonia⁷.

Eles acrescentam que toda prática social é, em uma de suas dimensões, articulatória. É o que eles explicam:

Apenas a presença de uma vasta região de elementos flutuantes e sua possível articulação a campos opostos – o que implica a constante redefinição destes últimos – é o que constitui o terreno que nos permite definir uma prática como hegemônica. Sem equivalência e sem fronteiras, não pode estritamente falar de hegemonia (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 157).

Vimos, diante do exposto, o caráter de constante construção não apenas das identidades, mas dos antagonismos e, assim, das lutas democráticas, que são permeadas por processos de articulações

⁷ Para aprofundar essa questão, faz-se necessária a leitura das obras do teórico italiano Antonio Gramsci, que foi de onde Laclau e Mouffe se inspiraram.

hegemônicas. Percebemos que o conceito de pluralismo abordado posteriormente por Mouffe está ligado por completo a essas noções.

5 Análise das entrevistas

Para estudarmos as entrevistas, utilizamos a análise de conteúdo que, segundo Laurence Bardin (2009, p. 40): “[...] a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Outro autor a abordar a técnica é Martin. W. Bauer:

A AC nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades. Em outras palavras, a AC é pesquisa de opinião pública com outros meios (BAUER, 2008, p. 192).

Bardin reitera que a intenção da análise de conteúdo se constitui na inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, recepção). Essa inferência recorre a indicadores, que podem ser quantitativos ou não (BARDIN, 2009, p. 40). Essa metodologia foi a que entendemos que seja mais viável para este artigo, visto que não podemos realizar uma análise aprofundada das entrevistas. Trata-se, na verdade, de uma pesquisa experimental que poderá servir para entender o que se passa no ambiente das conferências, já que é uma novidade da democracia brasileira e os estudos ainda estão caminhando pela visão estrutural.

Conforme pontuamos anteriormente, a referida conferência teve como tema central “Autonomia e igualdade para as Mulheres”. Diante disso, a programação esteve dividida em painéis, rodas de conversas, grupos de trabalho e plenárias. Num dos dias, foram 24 grupos de trabalho, enquanto no outro foram 23. Quanto às plenárias, foram três, sendo uma de abertura e duas finais, que aconteceram durante o último dia inteiro.

Em relação à pesquisa, foram realizadas 14 entrevistas, dentre as quais: oito com delegadas da sociedade civil, três do governo municipal e três do governo federal. A seleção das participantes foi feita de maneira aleatória nos corredores e nos auditórios entre as atividades: como discussões nos grupos de trabalho e plenárias. Para operacionalizar a análise, criamos três categorias a partir dos temas surgidos nas respostas das participantes: relação do governo com a sociedade civil; concepção do espaço e conflitos. É importante ressaltarmos que não se trata de uma divisão de temáticas, pois elas se cruzam em muitas das vezes, mas apenas uma forma de facilitar a análise. Vamos nos ater em algumas das respostas que acreditamos ser elucidativas em relação ao todo⁸. Podemos verificar de que forma surge o entendimento da conferência como um espaço de diálogo entre as diversas esferas governamentais e a sociedade civil nas seguintes falas:

Eu estou participando pelo governo, mas acho que até então esse governo está muito aberto para as questões da mulher [...]. É importante esse diálogo, até mesmo porque às vezes ele está muito protegido, está muito preparado, ele está naquela posição de observador e não um observador tão atento. Esses espaços obrigam que a gente ouça melhor, olhe melhor, entenda melhor o que está sendo preciso. Pelo menos, enquanto sujeitos do governo, a gente tenta. Depois, para virar uma política, já é um outro caminho (E1).

⁸ Por uma questão de preservação do nome das delegadas, vamos identificá-las por letras e números (E=entrevistada seguida da sequência).

Mas, não há participação [nas conferências]. A sociedade civil não se inteira e, para o governo, também não é interessante que a sociedade civil participe porque não questiona porque eles não precisam que questionem aquilo que eu falei, então, eu também não te chamo para participar (E2).

Na primeira fala, de uma representante do governo federal, do Ministério da Justiça, vemos uma visão mais otimista e de uma concepção de construção e de diálogo entre os diferentes segmentos. Se formos nos ater à teoria habermasiana, as conferências poderiam, nesse aspecto, preencher a um dos pressupostos da esfera pública, pois é um espaço aberto a todas as delegadas e observadoras ali presentes e que permite a comunicação com a finalidade do entendimento mútuo. Na segunda fala, de uma representante do governo municipal, do município de Capela, em Sergipe, já vemos uma perspectiva mais conflitiva entre governo e sociedade civil. Na visão dela, não se trata de um espaço harmonioso e, por conta disso, não é de construção. Podemos nos debruçar nas ideias de Mouffe ao colocar que a deliberação pública, livre e desimpedida de interesses pessoais é uma impossibilidade na democracia.

A relação do governo com a sociedade civil está diretamente ligada à concepção do espaço. Podemos verificar a concepção do pluralismo na fala da delegada do governo municipal de Palmas (Tocantins):

Eu acho que as discussões não enfraquecem a conferência. São temas assim bastante polêmicos, então tem uma discussão mesmo. É inevitável, com certeza. Mas, eu acho que ajuda. Eu acho que o plano é esse: muitas discussões (E3).

Essa questão é reforçada na fala da delegada da sociedade civil de Petrolina (Pernambuco):

Para mim, o importante daqui é a construção de propostas, é o diagnóstico que nós vamos fazer do Brasil todo. Isso para mim é importante. Mas, isso para mim é um trabalho de extrema responsabilidade porque eu estou trazendo para cá, nesse espaço de construção, de controle social, um problema que é visível na cidade onde eu moro, em toda região, no Sertão de São Francisco. Então, para mim, esse é um espaço realmente de construção (E4).

Vemos a emergência da concepção de construção e, ao mesmo tempo, de diversas discussões. Temos aí mulheres oriundas de diferentes lugares e com pautas distintas, mas que entendem que vão levar suas demandas para esses espaços, pontuando a diferença e buscando a igualdade de oportunidades. Podemos entender esses depoimentos a partir dos três autores trabalhados neste trabalho. Se a teoria habermasiana aborda a troca argumentativa com a finalidade do entendimento mútuo, nesse contexto, as falas também podem ser entendidas à luz dos conflitos, da pluralidade de identidades e dos consensos temporários trabalhados por Laclau e Mouffe.

Podemos entender a conferência como fazendo parte do que Mouffe denomina por “política”, isto é, o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem na sociedade, e dos conflitos ali presentes como a dimensão do “político”, marcado pelos conflitos e antagonismos, que são inerentes às práticas democráticas. Estamos diante de um contexto de fixação parcial de identidades mediante a criação de pontos nodais. Podemos visualizar as concepções do “político”, bem como do antagonismo (a luta entre inimigos) e do agonismo (a luta entre adversários) em algumas falas. Observamos que os conflitos são vistos, na maioria das vezes, como algo inerente ao processo de discussões:

Os conflitos que existem acabam fortalecendo a conferência porque a gente vem para cá munido daquilo que a gente precisa no nosso local. Então, já é um espaço que você tem para reivindicar essas coisas que você precisa. Os espaços são muito bons, são excelentes. Qual a outra oportunidade melhor para você estar com governantes reunidos, né, com todo o poder público e toda a sociedade civil em massificação nacional aqui para estar reivindicando esses direitos igualitários, que nós todos somos brasileiros, né? Nós todos somos filhos de uma única pátria, de uma única nação (E5).

Não, eu acho que o conflito enriquece, dentro de certo limite, enriquece. Não partindo para uma coisa pessoal, ficando no âmbito mesmo da discussão para evolução do conteúdo, para mim é ideal agora. Se parte para um outro lado, aí sim não é positivo (E2).

A fala E5 é da delegada da sociedade civil do município de Viana, no Espírito Santo. Temos uma concepção positiva da conferência. Ao mesmo tempo em que expressa a existência dos conflitos em suas falas, ela demonstra o sentimento de uma identidade bastante plural e vista de uma maneira positiva: cada uma delas ou cada grupo vai ali levar suas reivindicações para, juntas, construírem as propostas de políticas públicas. Porém, na fala da delegada E2, vemos o reconhecimento de que esses conflitos podem extrapolar a dimensão da racionalidade comunicativa, proposta por Habermas, e chegar aos antagonismos por meio da emoção e das atitudes passionais, inerentes ao modelo de democracia trabalhado por Laclau e Mouffe.

6 Considerações finais

Temos nas Conferências de Políticas para as Mulheres um importante instrumento de exercício da democracia no Brasil para um segmento que, até 2003, ainda não tinha conquistado o respaldo do Estado tão significativo quanto a criação da Secretaria de Política para as Mulheres. As conferências vêm, nesse contexto, para reforçar a relação entre o governo e a sociedade civil que, até então, só era viabilizada através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Porém, esse fato não nos impede de ter um olhar crítico para o referido evento, questionando, inclusive essa noção de igualdade e de construção de todos os segmentos. Estamos diante de um fenômeno extremamente recente da democracia brasileira, que ainda não tem sido estudado sob o ponto de vista da construção das relações internas entre as participantes. Portanto, ainda é cedo para afirmarmos no que e de que forma as conferências têm contribuído para as políticas de mulheres no Brasil. O que é inegável, no entanto, é que se trata de uma conquista para o movimento feminista e de mulheres no país.

De acordo com a teoria habermasiana, podemos visualizar as conferências como espaços aberto a todos e permeado pela livre troca argumentativa. Por outro lado, de acordo com a teoria trabalhada por Laclau e Mouffe, a partir dos conflitos, temos aí condições inerentes às sociedades democráticas. Na prática, vimos (e isso foi confirmado no texto de Claudia Faria) que esses conflitos podem ter comprometido os debates nos grupos de trabalho e, mesmo, as votações nas plenárias. Notamos que ainda não temos condições para verificar com certeza o preenchimento dos pressupostos das referentes teorias no evento, pois fizemos uma pesquisa exploratória, sem um direcionamento teórico específico nas perguntas. Deixamos, a partir disso, a sugestão para outros estudos que se debrucem nas relações sociais nesses espaços, levando em consideração, inclusive, o fato de terem como atores as mulheres, que podem ser encaradas como sujeitos extremamente plurais.

Referências

- AVRITZER, Leonardo. **Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil**. Brasília: Ipea, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009 [1977].
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BLUMER, Herbert. A massa, o público e a opinião pública. In: COHN, Gabriel (org.), **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de S. Paulo, 1971 [orig. 1946].
- ESTEVES, João Pissarra. **Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2003.
- FARIA, Claudia Feres. **Participação e deliberação nas Conferências de Políticas Públicas no Brasil: uma análise comparada**. In: Anais do 8º Congresso da ABCP, Gramado, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Volume I. Madrid: Taurus, 1981.
- _____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a [orig. 1962].
- _____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b [orig. 1992].
- KAPOOR, Ilan. **Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism? The Relevance os the Habermas-Mouffe Debate for Third World Politics**. Alternatives, 2002, 27: 459-487.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987 [orig. 1985].
- MOUFFE, Chantal. **Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism?** Social Research, 1999, Vol. 66, n. 3: 745-758.
- _____. **Which Public Sphere for a Democratic Society?** Theoria, Jun. 2002, Vol. 49 (99): 55-65.
- _____. **Por um Modelo Agonístico de Democracia**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, Nov. 2005, Vol. 25: 11-23.